



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**PODER LEGISLATIVO**

e-DOC 30EDCE16

**PASTOR**  
**BRUNO**  
**LUCIANO**  
VEREADOR

ANTEPROJETO DE LEI DE Nº 114 CMPV/GVPBL/2025

“Altera a Lei nº 1.190, que dispõe sobre a Política Municipal da Pessoa Idosa, cria o Conselho Municipal dos direitos da Pessoa Idosa, o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, e dá outras providências.”

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, no uso de suas atribuições que lhe confere no inciso IV, art. 87, da Lei Orgânica de Porto Velho.

**Faço saber** que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprovou e eu sanciono a seguinte **LEI**:

**Art. 1º** O Capítulo III da Lei nº 1.190, de 22 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

**CAPÍTULO III**

**DO CONSELHO MUNICIPAL**

**Art. 5º** Fica instituído o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - COMPI, observado o disposto no artigo 6º, Capítulo III, da Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, órgão permanente, paritário e deliberativo, composto por igual número de representantes dos órgãos e entidades públicas e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área.(NR)

**Art. 6º** Fica o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa vinculado à Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social - SEMIAS.(NR)

**Art. 7º** O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - COMPI é composto por 12 (doze) membros e respectivos suplentes, cujos nomes são indicados ao órgão da Administração Pública Municipal responsável pela coordenação e execução da Política Municipal do Idoso e nomeados pelo

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**PODER LEGISLATIVO**

Prefeito do Município de Porto Velho, de acordo com a paridade que segue:(**NR**)

I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social SEMIAS;(**NR**)

II – 01(um) representante da Secretaria Municipal de Saúde-SEMUSA;(**NR**)

III – 01(um) representante da Secretaria Municipal de Educação-SEMED;(**NR**)

IV – 01(um) representante Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer – SEMTEL;(**NR**)

V - 01(um) representante da Secretaria Municipal de Economia – SEMEC;(**NR**)

VI - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade – SEMDEC;(**NR**)

VII - 06 (seis) representantes da Sociedade civil, sendo:(**NR**)

a) Dois representantes usuários dos serviços voltados à Pessoa Idosa de Porto Velho (CCI/PVH);(**NR**)

b) Três representantes das entidades e organizações da sociedade civil que atuam no campo da promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa no âmbito do município e instituições de ensino superior;(**NR**)

c) Um representante dos trabalhadores do Setor de Assistência e/ou atendimento à Pessoa Idosa em quaisquer políticas transversais de garantia de direitos a pessoa idosa de Porto Velho;(**NR**)

Parágrafo único. Compete ao Prefeito Municipal de Porto Velho nomear e empossar os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - COMPI.(**NR**)

**Art. 8º** O mandato dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - COMPI é de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.(**NR**)

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**PODER LEGISLATIVO**

**Art. 9º** O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - COMPI é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros para o mandato de 01 (um) ano, permitida uma única recondução por igual período.**(NR)**

§1º A função de Conselheiro será considerada serviço público relevante, sendo seu exercício prioritário e justificadas as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinadas pelo seu comparecimento às sessões do Conselho ou pela participação em diligências autorizadas por este.**(NR)**

§2º Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - COMPI, exercerão seus mandatos gratuitamente.**(NR)**

§3º O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - COMPI, solicitará aos órgãos competentes, no prazo de 30 (trinta) dias antes do término do mandato, a indicação de novos membros, observado o disposto no artigo 7º desta Lei.**(NR)**

**Art. 10** O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - COMPI, administrará o Fundo Municipal da Pessoa Idosa - FMI, instituído por esta Lei, o qual é destinado ao atendimento das pessoas idosas.**(NR)**

§1º O Fundo Municipal da Pessoa Idosa de Porto Velho (FMI/PVH) constitui um fundo especial. Sua vinculação se dá junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Porto Velho (COMPI/PVH). A finalidade primordial do Fundo é viabilizar o financiamento de programas, projetos e ações que tenham como propósito exclusivo a promoção, a proteção e a defesa dos direitos da pessoa idosa. Para o repasse da captação de recursos, as iniciativas devem estar em estrita consonância com as linhas de ação prioritárias estabelecidas por Resolução do COMPI/PVH.**(NR)**

§2º O Fundo Municipal da Pessoa Idosa de Porto Velho - FMI/PVH integra o orçamento público municipal e constitui unidade orçamentária própria.**(NR)**



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**PODER LEGISLATIVO**

e-DOC 30EDCE16

**PASTOR**  
**BRUNO**  
**LUCIANO**  
VEREADOR

§3º O FMI/PVH baseia suas ações nos seguintes princípios:(NR)

I- Participação Social e Gestão Pública Democrática;(NR)

II- Fortalecimento da política municipal de atendimento à pessoa idosa, com atenção especial à Saúde, Educação e Assistência Social; (NR)

III- Transparência na aplicação dos recursos públicos;(NR)

IV- Legalidade, Legitimidade, Moralidade, Impessoalidade e Publicidade;(NR)

V- Eficiência, Eficácia e Economicidade (melhor uso dos recursos);(NR)

VI- Isonomia (tratamento justo e igualitário).(NR)

§4º Após análise e aprovação do COMPI, não haverá impedimento para que os recursos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa (FMI) sejam destinados a projetos que tenham por objeto a atuação em quaisquer políticas públicas de atendimento à Pessoa Idosa. A destinação dos recursos englobará, em especial, as áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, e toda e qualquer política pública de natureza transversal que vise potencializar e ampliar a garantia dos direitos da Pessoa Idosa em nosso Município.(NR)

**Art. 11** A gestão do Fundo Municipal da Pessoa Idosa de Porto Velho (FMI/PVH) será definida da seguinte forma:(NR)

I. Compete ao COMPI/PVH (Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa): (NR)

a) Aprovar a alocação de recursos do Fundo para programas, projetos e ações (governamentais e não governamentais) voltados à promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa.(NR)

b) Realizar o controle e monitoramento dos recursos alocados.(NR)



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

### **PODER LEGISLATIVO**

II. Compete à Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social (SEMIAS): **(NR)**

a) Realizar a administração orçamentária, financeira e contábil dos recursos do Fundo. **(NR)**

b) Executar os demais atos necessários à operacionalização do Fundo, mediante iniciativa do COMPI/PVH. **(NR)**

**Art. 12** O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - COMPI, terá a seguinte estrutura: **(NR)**

I – Secretário(a) Executivo(a); **(NR)**

II - Mesa Diretora, composta por Presidente, Vice-Presidente e Primeiro(a) e Segundo(a) Secretário(a); **(NR)**

III - Comissões; **(NR)**

IV – Plenário. **(NR)**

**Art. 13** A administração Municipal cederá o espaço físico, as instalações e os recursos humanos eventualmente necessários à manutenção do funcionamento regular do Conselho Municipal dos direitos da Pessoa Idosa de Porto Velho. **(NR)**

**Art. 14** O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (COMPI) poderá, a qualquer tempo, realizar adequações, correções e/ou ampliação em seu Regimento Interno, caso verifique tal necessidade. **(NR)**

I- As alterações deverão ser propostas e apontadas pelas comissões do COMPI designadas para este fim; **(NR)**

II- A modificação só será efetivada após deliberação e aprovação dos Conselheiros de direitos do COMPI; **(NR)**

III- Todo o processo deve seguir os protocolos técnicos e as normas legais vigentes.

IV- O Regimento Interno disporá sobre o funcionamento e as atribuições da estrutura do COMPI; **(NR)**

**Art. 15** O Plano Municipal de Assistência à Pessoa Idosa-PMAPI/PVH será executado da seguinte forma: **(NR)**

Rua Belém, N° 139, Bairro Embratel - CEP nº 76820-734- Porto Velho-RO.  
E-mail: vereadorpastorbrunoluciano@gmail.com- Whatsapp: 69 9 9217-6969



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**PODER LEGISLATIVO**

I- A Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social (SEMIAS), responsável pelas ações de assistência, deverá formular o Plano Municipal de Assistência à Pessoa Idosa em conjunto com:(NR)

a) Órgãos afins da Administração Pública Municipal;(NR)

b) Demais entidades prestadoras de serviços de assistência ao idoso, por meio da REMADI (Rede Municipal de Atendimento à Pessoa Idosa); (NR)

c) Demais instituições e/ou serviços inseridos na rede de proteção aos direitos da pessoa idosa do município de Porto Velho; (NR)

II- Prazos e Responsabilidades:(NR)

a) Prazo para Formulação: O Plano deve ser formulado e atualizado até o fim do segundo trimestre de cada ano; (NR)

b) Aprovação do Plano: Após a formulação, o Plano será submetido ao COMPI, que terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para emitir seu parecer;(NR)

c) Manutenção e Ajustes (REMADI): A REMADI fica responsável por articular, organizar, propor, ajustar e corrigir o Plano Municipal de Atendimento à Pessoa Idosa sempre que necessário; (NR)

d) Pareceres sobre Ajustes: Quaisquer proposituras de ajustes pela REMADI devem ser reportadas ao COMPI para emissão de parecer, também no prazo máximo de 15 (quinze) dias; (NR)

e) Publicação: Todos os pareceres e alterações deverão ser publicados no Diário Oficial do Município, por meio de resolução do COMPI; (NR)

**Art. 16** Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - COMPI:(NR)

I - Aprovar a Política Municipal do Idoso em consonância com as diretrizes dos Conselhos Nacional e Estadual do Idoso;(NR)



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**PODER LEGISLATIVO**

e-DOC 30EDCE16

**PASTOR**  
**BRUNO**  
**LUCIANO**  
VEREADOR

II - Aprovar o Plano Municipal da pessoa idosa, bem como os programas e projetos governamentais e não governamentais de acordo com as prioridades estabelecidas pela conferência Municipal dos direitos da Pessoa Idosa;**(NR)**

III - Normatizar complementarmente as ações e a regularização de prestações de serviços de natureza pública e privada no campo de atendimento ao idoso;**(NR)**

IV - Estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do Fundo Municipal da Pessoa Idosa, e definir critérios de repasse de recursos destinados às entidades não governamentais;**(NR)**

V - Apreciar e aprovar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a proposta orçamentária de atendimento ao idoso para compor o orçamento municipal;**(NR)**

VI - Inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência ao idoso;**(NR)**

VII - Zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência ao idoso;**(NR)**

VIII - Convocar, anualmente, ou extraordinariamente por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, que terá atribuições de avaliar a situação de assistência ao idoso e aprovar diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;**(NR)**

IX - Fiscalizar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;**(NR)**

X - Propor a formulação de estudos e pesquisas com vistas a identificar situações relevantes e a qualidade de serviços de assistência ao idoso;**(NR)**

XI - Divulgar, no Diário Oficial do Município, todas suas resoluções, bem como as contas do Fundo Municipal da Pessoa Idosa aprovadas;**(NR)**





**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**PODER LEGISLATIVO**

e-DOC 30EDCE16

**PASTOR**  
**BRUNO**  
**LUCIANO**  
VEREADOR

XII - Propor aos Conselhos Nacional e Estadual do Idoso e demais órgãos de outras esferas de governo e organizações não governamentais, programas, serviços e financiamentos de projetos;(NR)

XIII - Acompanhar as condições de acesso dos idosos nos serviços públicos e todas as transversalidades de atendimento à pessoa idosa, indicando as medidas pertinentes, à correção de exclusões constatadas;(NR)

XIV - Propor modificações nas estruturas do sistema municipal que visem a promoção, proteção e defesa dos direitos a pessoa idosa;(NR)

XV - Estabelecer e divulgar o horário e o local das reuniões das plenárias do COMPI, no mural da casa dos conselhos de direitos nas plataformas digitais institucionais da prefeitura de Porto Velho (SITE oficial), para a população em geral e as pessoas idosas ;(NR)

XVI - Orientar e conduzir a pessoa idosa junto aos órgãos de segurança pública, sempre que o mesmo necessitar de proteção policial.(NR)

**Art. 2º** Ficam revogados:

I – O Capítulo IV (art. 16) da Lei nº 1.190, de 22 de dezembro de 1994;

II – O Capítulo V (arts. 17 e 18) da Lei nº 1.190, de 22 de dezembro de 1994;

III – Os arts. 13, 14, 15, 21 e 22 da Lei nº 1.190, de 22 de dezembro de 1994;

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Porto Velho, 27 de dezembro de 2025.

**PASTOR BRUNO LUCIANO**  
VEREADOR - PL

Rua Belém, Nº 139, Bairro Embratel - CEP nº 76820-734- Porto Velho-RO.  
E-mail: vereadorpastorbrunoluciano@gmail.com- Whatsapp: 69 9 9217-6969





Assinado por **Bruno Luciano Do Couto Araújo** - Vereador - Em: 27/11/2025, 09:52:55